Queixa-crime- injuria e calunia

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 17/01/2023
EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE …….

……, brasileiro(a), Est.civil, RG: ……., natural de ……., nascida em ……., filha de …… e ……., residente na rua ……., via de seu advogado e procurador com poderes especiais, (m.j.), vem perante a conspícua e preclara presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 41 e seguintes do Código Processo Penal., combinado com o art. 138, 140, 141, inc II e 145, todos do Código Penal Brasileiro, apresentar . apresentar, de forma cabal, plena e irrestrita

QUEIXA CRIME

Em desfavor de ……., brasileiro(a), Est.civil, Profissão, filho de ……. e ……., portador do RG: ……., CPF ……, com endereço profissional na Rua ……., distrito judiciário desta comarca, e ……., brasileiro(a), Est.civil, Profissão, ……, filho de ……, CPF ……, RG ……., residente na ……., face aos seguintes fatos, razões e fundamentos:

SÚMULA DOS FATOS

1 A Querelante, por força do Decreto Municipal nº 485, de 03 de Janeiro de 2005, ocupava o cargo de Chefe de Gabinete, nível C-2, do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de ……..., lotada na Secretaria Municipal de Saúde (doc. …).

2 No dia ……, durante a …ª Sessão Ordinária, da Câmara Municipal da supracitada urbe, a Querelante foi alvo de ofensas morais, irrogadas em depoimentos prestados pelos Querelados, que a caluniaram ao afirmar que a mesma, na condição de funcionária da Secretaria de Saúde, **tentou efetuar permuta indevida de medicamentos, de alto custo, constantes em uma receita médica, por produtos de perfumaria ou cosméticos para seu uso pessoal**, junto ao Posto de Medicamentos ….., de propriedade do Primeiro Querelado ……

3 Diante das acusações de caráter contumelioso, a Câmara Municipal, sem ao menos ouvir a Querelante, acerca dos fatos, ou dar-lhe o sagrado e constitucional direito de defesa, enviou o requerimento nº ……, (doc…..) ao Prefeito Municipal, solicitando sua imediata exoneração, o que foi atendido de forma sumária, através do decreto nº 806 de 21 de agosto de 2006 (doc…).

4 A Querelante, tomou conhecimento das ultrajantes ofensas, no dia seguinte a realização da supradita Sessão, através de comentários de populares, que a apontavam como concussora e desonesta, atribuindo-lhe fato ofensivo a sua dignidade e decoro, causando-lhe um sentimento de extrema vergonha, humilhação e constrangimento perante sua família, amigos e toda sociedade ……

5 O fato imputado caluniosamente contra a pessoa da Querelante, constitui crime subsumível nos tipos penais insculpidos no art. 316 (concussão) ou 317(corrupção ativa) combinados com art. 327, do Código Penal Brasileiro, além que ser altamente ofensivo a sua dignidade e decoro, portanto, com a conduta acima descrita os Querelados praticaram os crimes de calúnia (art. 138) e injúria (art. 140), em concurso formal (art. 70), todos do Código Penal.

Presentes os pressupostos de admissibilidade para a instauração da instância, vez que preenchidos os requisitos exigidos no art. 41 do Código de Processo Penal. A Querelante é titular do direito de ação e postula a prestação jurisdicional, tempestivamente.

Assim sendo:

o Querelado ……..., encontra-se incurso nas penas art. 138 (calúnia) e 140 (injúria) , 141, inc, II (praticado contra funcionário público, em razão de sua função) do Código Penal Brasileiro, combinados com art. 70 (concurso formal) do mesmo Códex.

o Querelado …… encontra-se incurso nas penas art. 138 (calúnia) e 140 (injúria) , 141, inc. II (praticado contra funcionário público, em razão de sua função) do Código Penal Brasileiro, combinados com art. 70 (concurso formal) do mesmo Códex.

EX POSITIS

A Querelada/vítima requer seja a presente proemial acusatória recebida, citando-se os Querelados para responderem aos termos da presente **AÇÃO PENAL PRIVADA**, notificadas as testemunhas arroladas em anexo, dando-se seguimento ao persecutio criminis

in judicio na forma preconizada pela legislação pertinente à matéria, final condenados, com os efeitos previstos no art. 91 e 92 do Código Penal,

Requer ainda seja oficiada a presidência da Câmara Municipal de ……., para enviar a este Juízo, em caráter de urgência, a gravação, em áudio, da …ª sessão ordinária daquela Casa de Leis, realizada em ……..

A Querelante declara não ter condições financeiras para arcar com a despesas processuais, sem colocar em risco sua subsistência, portanto requer que lhe seja deferido o beneficio da assistência judiciária.

Termos em que pede e

espera deferimento.

Local, data

_____

OAB